O “COLAPSO ECONÔMICO” DO IMPÉRIO AQUEMÊNIDA

MATHEUS TREUK MEDEIROS DE ARAUJO

Universidade de São Paulo; Doutorando; FAPESP (processo n.° 2016/14318-0);
Doutorado Sanduíche CAPES (processo n.° 88881.135183/2016-01)
mathtreuk@gmail.com

Quando Alexandre, o Grande, atravessou o Helesponto, em 334 a.C., poucos poderiam imaginar que teria tão retumbante vitória contra o colossal Império Aquemênida. Fundado por um conquistador não menos notável, no século sexto a.C., o poderio persa compreendeu, em sua máxima extensão, as terras da Arábia, Egito, Babilônia, Anatólia, bem como o noroeste da Índia e países da Ásia Central. Nos últimos anos do império, então sob o controle de Dario III (Codomano), a ordem que havia perdurado por quase dois séculos parecia perfeitamente estável. Sua conquista por invasores estrangeiros em tão pouco tempo lançou por terra essa convicção.

Para elucidar a incógnita de Isso e Gaugamela, diversas explicações foram formuladas. Na visão dos atenienses e, mais tarde, dos historiadores de Alexandre, a honra e o vigor de Ciro II, o Grande, e Dario I teriam sido corrompidos pelos luxos da corte e pelas pretensões despóticas dos monarcas que os sucederam (ASHERI, 2006, p. 133; PLATÃO, *Lg.*, 693d-696c). Para Aristóteles, tutor de Alexandre, os persas padeceriam de uma inferioridade ínsita às condições geográficas da Ásia (*Pol.* 1327b25-30). Quinto Cúrcio, por sua vez, atribuía às artimanhas do destino a responsabilidade pela catástrofe (3.8.29-30). E muitos historiadores modernos seguiram em seu encalço.

Foi em 1948 que Albert Eyck T. Olmstead sugeriu, timidamente, que a derrota dos persas nas mãos de Alexandre teria sido favorecida por uma situação fiscal insustentável (1948, p. xiv). A partir de registros dos arquivos da família Murašû, comerciantes da cidade de Nippur, no sul da Babilônia, Olmstead sustentou que o excesso de tributos sobre as províncias, com a simultânea exigência de pagamento em moeda (prata), levou os agricultores ao endividamento junto aos fornecedores de crédito (a própria família Murašû, por exemplo). Estes, por sua vez, requisitavam como garantia do crédito os próprios meios de produção, que acabavam se tornando “propriedade” dos credores com a presumível insolvência dos devedores. A busca de espécie, induzida

pelo sistema tributário, teria acarretado maiores preços e, ademais, teria acirrado os ânimos dos provinciais, produzindo insatisfação generalizada (OLMSTEAD, 1948, p. 289-299).

Não se pode negar a genialidade de Olmstead, que reverteu o consenso historiográfico de então, consubstanciado na descrição da economia persa por Rostovtzeff em 1941, quem considerava a tributação sobre a Babilônia "não excessiva" (1989, p. 56). Ali Farazmand e Muhammad Dandamaev ofereceram explicações parecidas sobre o colapso do gigante aquemênida décadas depois, indicando o excesso de Estado e os efeitos nocivos da administração sobre a economia, sobretudo mediante sua estrutura tributária (FARAZMAND, 1997, p. 52; DANDAMAEV, 1992, p. 12).[1]

Em 1985, o historiador Matthew Stolper rebateu a posição de Olmstead alegando que esta seria logicamente inconsistente. Stolper, seguido por Pierre Briant, argumentou que a extração e entesouramento de prata pelo poder central teriam gerado deflação, não preços altos. Ele aduziu, ainda, que os preços ao final do domínio aquemênida teriam sofrido notável baixa na Babilônia e, por fim, que estudos específicos não demonstravam uma alta da taxa de juros, como seria de se esperar (STOLPER, 1985, p. 144 *et seq.*).

O debate é delicado porque lhe subjaz uma perspectiva teórica e ideológica discutível. De um lado, a transposição de instrumentos analíticos da economia moderna para as economias antigas foi duramente criticada por especialista de renome como Karl Polanyi (2001) e Moses Finley (1986). No que se convencionou chamar de debate dos *substantivistas vs. formalistas* (também *primitivistas v. modernistas*), prevaleceu por algum tempo a visão de que as sociedades antigas careceriam de "mercado" ou, em alguns casos, de que esta instituição não teve papel relevante antes de nossa época.

[1] Cf. também BURN, 1984, p. 565-566: "Persian government was, in the long run, deadening. Innocent of economic thought, the kings had no better idea of what to do with the vast surplus of their income in gold and silver over peace-time expenditure than to melt it into ingots and store it. In spite of what was mined, taxes and traditional levels became more and more difficult to pay, and subject tax-payers were driven down to the condition of peasants or proletarians at subsistence levels. In Babylonia in particular, where business and legal documents, less numerous than of old, still give some first-hand evidence on economic conditions, it is all too clear that the later Achaemenids ruled an empire of depression and decadence. Nor was dominion ultimately good for the master-race itself. More and more lands in Babylonia, estates sold off, wholly or in part, by tax-payers in debt to money-lenders, came into the hands of Persians, holding it under the military 'bow-tenure'; but not all families which thus left their native highlands long kept their military qualities. Persian military strength itself was thus dissipated and weakened".

Autores substantivistas deram preferência a termos como “reciprocidade” e “redistribuição”, negando a operabilidade de ferramentas analíticas formais.

Além disso, ideologicamente, a atribuição do fracasso da Pérsia à intervenção estatal se assemelha muito à teoria do anti-comunista Rostovtzeff para a queda do Império Romano, segundo a qual um Augusto em tudo “liberal” teria sido substituído por imperadores ineptos, responsáveis por desvalorizar a moeda, controlar preços e aumentar tributos de maneira ineficaz (ROSTOVTZEFF, 1957, p. 74-75; 393-432; 470-471).[2]

É verdade que, hoje, graças à descoberta de detalhadas listas de preços registrados ao longo de vários séculos, está provada além de qualquer dúvida a existência de um livre mercado na antiga Babilônia, sujeito, em algum grau, às leis de oferta e demanda (TEMIN, 2002, p. 59). Se, de um lado, é verdade que os antigos não poderiam ser facilmente equiparados às instituições atuais, de outro, é ilusória a ideia de que o homem moderno teria criado um mercado radicalmente desregulado. A mais recente historiografia, influenciada pela *New Institutional Economics*, demonstrou que nos assemelhamos mais do que a princípio pareceria, derrubando muitas das teses dos chamados primitivistas (PIRNGRUBER, 2017, p. 9-10; TEMIN, 2013, p. 1-24). Assim, o uso de instrumentos analíticos da economia moderna, consciente de suas limitações, é plenamente justificável.

Superado esse debate, resta um problema. O modelo de Olmstead para a decadência do império, dissemos, em muito se assemelha à tese liberal de Rostovtzeff para a “queda” do Império Romano. Ora, o uso de grandes modelos explicativos de presumível filiação ideológica deveria suscitar a suspeita da audiência. Poderíamos confiar na hipótese de uma decadência induzida pela administração aquemênida?

A economia do Império Aquemênida era complexa e envolvia diversas regiões para as quais não há documentação significativa, como a Arábia, o norte da Índia e a Ásia Central. O material que temos viabiliza somente uma descrição do coração do Império e das províncias ocidentais. Quanto ao mundo do trabalho, sabemos que a escravidão não tinha um papel dominante na esfera produtiva do Antigo Oriente Próximo e que os escravos eram empregados sobretudo nos serviços domésticos

[2] Sobre a biografia e as opiniões políticas de Rostovtzeff, Cf. MOMIGLIANO, 1954

(NEUMANN, 2010, p. 21). Na Babilônia, o cultivo agrícola se baseava parcialmente na transferência da posse de terras produtivas pela coroa a grupos de trabalhadores que forneciam como contraprestação uma fração de sua produção ou serviços (militares ou não). Noutros casos, os trabalhadores empregados em grandes construções e projetos de extração recebiam uma "ração" do governo (Cf., a esse respeito, STOLPER, 1985, p. 24-28).

Devido à terminologia antiga, é difícil determinar os contornos do que se seria uma "propriedade" ou apenas a posse de imóveis rurais. O certo é que os detentores da terra podiam amiúde entregá-la em garantia para adimplemento de dívidas ou arrendá-las, embora a alienação fosse extremamente rara (ELLICKSON & THORLAND, 1995, p. 387 et. seq.).

Não havia ampla circulação de moedas cunhadas, como os dáricos, fora das províncias ocidentais do Império (MEADOWS, 2005). Em vez disso, prata e ouro pesado adquirem uma importância crescente no período aquemênida como unidades de troca e reserva de valor, isto é, como moeda. A antiguidade não conheceu uma utilização em larga escala de moeda fiduciária, como a nossa, caracterizando-se, ao contrário, pela circulação de bens de valor intrínseco. O sistema tributário funcionava por meio da cobrança de impostos e taxas e admitia pagamentos em produtos, em espécie e em serviços ("corveias"). O "fato gerador" de tributos era em geral o pertencimento a um grupo profissional, a natureza da propriedade rural ou o local de residência do contribuinte e as obrigações tributárias poderiam ser objeto de cessão a terceiros, que recebiam um salário para substituir os titulares em suas tarefas. Impostos indiretos, sobre o transporte marítimo ou fluvial de mercancias, por exemplo, era bastante comum no Império. A cobrança de alguns tributos em prata e a possibilidade de cessão de obrigações tributárias, crescentemente avaliadas em pecúnia, contribuíram para uma maior "monetarização" da economia (JURSA, 2007; 2014a).

Arquivos de poderosas famílias da Babilônia, como a Murašû, demonstram a existência de um incipiente sistema de crédito na Mesopotâmia Aquemênida. Tais famílias de empreendedores forneciam prata a pequenos proprietários de terra em troca de pagamentos futuros de bens agrícolas e, muitas vezes, solicitavam as terras desses proprietários em "hipoteca" como garantia do adimplemento. Elas também atuavam como intermediários entre "proprietários" (*públicos e privados*) e produtores, recebendo

terras em arrendamento, por mandato ou em garantia, e subarrendando-as a terceiros (STOLPER, 1985, p. 24-28). Os juros para fornecimento de crédito eram praticados segundo convenções sociais pouco flexíveis e geralmente se mantinham estáveis em torno dos 20% ao ano (HACKL & PIRNGRUBER, 2014, p. 117).

Preços do império são atestados em Persépolis e na Babilônia. No primeiro caso, Hallock demonstrou satisfatoriamente que tais preços eram administrados pelo Estado e variavam muito pouco, salvo por uma severa inflação em meados do século V a.C. (1969, p. 17). Nesse caso, é provável que uma guerra ou uma colheita fracassada tenham exigido o aumento dos preços de grãos (MILLER, 2004, p. 12), que demoraram a se normalizar devido à ausência de integração eficiente a outros fornecedores, como é geralmente o caso dos mercados de preços administrados (BRIANT, 1996, p. 470; PERSSON, 2004). Na Babilônia, como veremos, a evidência para a variação de preços é extraordinariamente rica. Deve-se, é claro, excluir desse exame os bens imóveis, como terras, que eram de difícil alienação na antiguidade oriental, como já notado.

Nesse cenário, e para a surpresa de muitos, a evidência empírica mais recente parece ratificar, em parte, a visão de Olmstead. Graças à excepcional preservação de informações sobre o preço de seis commodities ao longo de séculos nos chamados Diários Astronômicos, é possível avaliar a situação econômica da Babilônia dos séculos sexto, quinto e quarto a.C. Segundo Jursa, Pirngruber e Hackl, os documentos comprovam que o domínio aquemênida foi um período de preços altos se comparado ao início do século VI (PIRNGRUBER, 2012, p. 35; HACKL & PIRNGRUBER, 2014, p. 127-128). O reino de Dario teria vivido uma grave crise inflacionária, sobretudo em razão de exigências fiscais onerosas e o crescente aumento da oferta de moeda (circulação de prata) (JURSA, 2014c, p. 128). O final do período aquemênida assiste a uma gradual redução dos preços, mas também à elevação das taxas de juros, o que é impressionante, já que estas eram geralmente fixadas por convenção na antiguidade (HACKL & PIRNGRUBER, 2014, p. 117). Durante os últimos séculos, a alta volatilidade de preços indica uma performance precária do mercado (PIRNGRUBER, 2012, p. 35-36).

Esses historiadores, curiosamente, não se percebem como herdeiros da hipótese de Olmstead. Jursa, explicando a mecânica do sistema tributário aquemênida, demonstra, *ab silentio*, que os impostos diretos eram mormente pagos em prestações de

fazer (corveias e serviço militar) ou em prestações *in natura*. Os pagamentos em prata teriam sido realizados por proprietários de terras cedentes de obrigações tributárias a cessionários contratados para prestar corveias por meio de salários, de tal sorte que o metal obtido junto às famílias de empresários circularia dentro da própria província. Assim, não haveria "entesouramento de prata" pelo poder central (JURSA, 2009, p. 265-266). Outros autores, como Asheri, recorrem às fontes clássicas na tentativa de calcular o total das reservas reais após séculos de imperialismo (ASHERI, 2006, p. 115-116). Tanto Jursa como Asheri, contudo, esbarram em problemas metodológicos consideráveis. Para os tributos em prata, Amélie Kuhrt demonstra que a evidência documental é inequívoca e, ademais, que os impostos indiretos eram geralmente pagos em espécie (KUHRT, 2005, p. 671). Quanto a Asheri, basta dizer que o conhecimento que as fontes clássicas tinham das finanças imperiais é duvidosa e, ademais, que o tesouro fora presumivelmente drenado na guerra total contra Alexandre.

Talvez fosse mais profícuo pensar num desenvolvimento dinâmico da administração aquemênida. De Dario a Xerxes, há um aumento de prata em circulação, estimulado pelo sistema tributário aquemênida, mediante a contratação de trabalhadores para cumprir exigências fiscais dos reais "proprietários" (ou possuidores). A busca de espécie teria gerado uma constatada alta dos preços o que, associado à extração de recursos *in natura* pela administração central, agravaria a inflação por um "choque de oferta". No final do período aquemênida, uma explicação plausível para a deflação concomitante do preço de bens de demanda elástica e inelástica é, sim, a contração da oferta de moeda, extraída gradualmente da província para o centro. A alta taxa de juros atestada no período reforça essa hipótese. Assim, a ideia de uma decadência aquemênida promovida pelo excesso de tributação, conforme sinalizado por Olmstead, não é de todo absurda.

A historiografia inspirada por Polanyi e Finley viu com reserva as análises formalistas das economias antigas, mas, sabemos, vem perdendo importância graças à contestação de seus pressupostos teóricos (isto é, sua visão irrealista de mercado) e à riqueza de dados quantitativos na Babilônia Aquemênida, Selêucida e Arsácida. Com o retorno a uma perspectiva formalista, mas moderada e consciente de suas limitações, volta à tona a antiga ideia de uma crise do Império Persa promovida pela tributação predatória dos Grandes Reis, pelo menos na Mesopotâmia. Se é verdade que as consequências dessa prática foram interpretadas de forma equivocada por Olmstead,

isso não muda o fato de que as mais recentes conclusões se harmonizam com a hipótese de uma disfuncional extração de recursos, pelo menos durante o reinado de Dario. Tomando-se as devidas precauções quanto às implicações ideológicas dessa leitura, deve-se encorajar uma reavaliação da hipótese do entesouramento.

Bibliografia

ASHERI, David. *O Estado Persa.* Tradução de Paulo Bucci. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ARISTÓTELES. *Politics.* Tradução de H. Rackham. Cambridge (Massachusetts), Londres : Harvard University Press, 1944.

AYMARD, André. *Une ville de la Babylonie séleucide d'après les contrats cunéiformes.* Revue des études anciennes, 1938, XL, p. 5-42. In: AYMARD, André. Études d'Histoire Ancienne. Paris : Presses Universitaires France, 1967.

BRIANT, Pierre. *Histoire de l'Empire Perse. De Cyrus à Alexandre.* Paris: Fayard, 1996.

DANDAMAEV, Muhammad A. *Iranians in Achamenid Babylonia.* Califórnia, Nova Iorque: Mazda Publishers, 1992.

ELLICKSON, Robert C.; THORLAND, Charles DiA. *Ancient land law: Mesopotamia, Egypt, Israel.* Faculty Scholarship Series, paper 410, 1995.

FARAZMAND, Ali. *Professionalism, bureaucracy, and modern governance: a comparative analysis.* In: FARAZMAND, Ali (ed.). Modern systems of government: exploring the role of bureaucrats and politicians. Londres: Sage Publications, 1997.

_____. *Learning from Ancient Persia: Administration of the Persian Achaemenid World-State Empire.* In: Farazmand, Ali (ed.). Handbook of Comparative and Development Public Administration. 2ª Edição. Nova Iorque: Marcel Dekker, Inc., 2005.

FINLEY, Moses I. *A economia antiga.* 2. ed. Lisboa: Edição Afrontamento, 1986.

HACKL, Johannes. PIRNGRUBER, Reinhard. *Prices and related data from northern Babylonia in the Late Achaemenid and Early Hellenistic periods, c. 480-300 BC.* In: Jursa, Michael. Baker, Heather D. Documentary Sources in Ancient Near Eastern and Greco-Roman Economic History. Oxford, Havertown: Oxbow Books, 2014.

HALLOCK, Richard T. *Persepolis Fortification Tablets.* The University of Chicago Oriental Institute Publications, vol. XCII. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

JURSA, Michael. *On aspects of taxation in Achaemenid Babylonia: new evidence from Borsippa.* In: Briant, Pierre; Chauveau, Michel. Organisation des pouvoirs et contacts culturels dans les pays de l'empire achéménide: actes du colloque organisé au Collège de France par la « Chaire d'histoire et cvilisation du monde achéménide et de l'empire d'Alexandre » et le « Réseau international d'études et de recherches achéménides » (GDR 2538 CNRS), 9-10 novembre 2007. Paris: De Boccard, 2009.

_____; SCHMIDL, Martina. *Babylonia as a source of imperial revenue from Cyrus to Xerxes.* Imperium & Officium, agosto de 2014a.

_____. *Economic development in Babylonia from the Late 7th to the late 4th century century BC: economic growth and economic crises in imperial contexts.* In: Jursa, Michael. Baker, Heather D. Documentary Sources in Ancient Near Eastern and Greco-Roman Economic History. Oxford, Havertown: Oxbow Books, 2014b.

_____. *The performance of the Babylonian economy in the long sixth century.* In: Jursa, Michael. Baker, Heather D. Documentary Sources in Ancient Near Eastern and Greco-Roman Economic History. Oxford, Havertown: Oxbow Books, 2014c.

KUHRT, Amélie. *The Persian Empire: a corpus of sources from the Achaemenid Period.* Londres e Nova Iorque: Routledge, 2007.

MEADOWS, Andrew R. *The Administration of The Achaemenid Empire.* In: CURTIS, John. TALLIS, Nigel (eds.). Forgotten Empire, The World of Ancient Persia. Londres: The British Museum Press, 2005. pp. 200-209.

MENGER, Karl. *On the origin of money.* The Economic Journal, Vol. 2, No. 6 (Jun., 1892), pp. 239-255.

MILLER, Margaret C. *Athens and Persia in the fifth century BC: a study in cultural receptivity.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *M.I. Rostovtzeff.* The Cambridge Journal, n. 7, 1954, pp. 334–346.

NEUMANN, Hans. *Slavery in private households towards the end of the third millenium B.C.* In: Culbertson, Laura (ed.). Slaves and households in the Near East. Chicago, Illinóis: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2011.

OLMSTEAD, Albert Ten Eyck. *History of The Persian Empire.* Chicago, Illinois: The University of Chicago Press, 1948.

PERSSON, Karl Gunnar. *Grain markets in Europe, 1500-1900: integration and deregulation.* Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PIRNGRUBER, Reinhard. *The Impact of empire on market prices in Babylon in the late Achaemenid and Seleucid Periods, ca. 400 – 140 B.C.* Amsterdã: Doutorado apresentado à Vrije Universiteit, 2012.

_____. *The economy of Late Achaemenid and Seleucid Babylonia.* Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

PLATÃO. *Laws.* (1961) Tradução de BURY, R. G. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1961.

POLANYI, Karl. *The great transformation: the political economic origins of our time.* Boston: Beacon Press, 2001.

QUINTO CÚRCIO. *History of Alexander.* Tradução de J. C. Rolfe. Cambridge (Massachusetts), Londres : Harvard University Press, 1971.

ROSTOVTZEFF, Michel Ivanovich. *Histoire Économique et Sociale du Monde Hellénistique.* Traduzido do inglês por Odile Demange. Paris: Éditions Robert Laffont, 1989.

_____. *The Social and Economic History of the Roman Empire.* 2ª Edição. Oxford: Clarendon Press, 1957.

STOLPER, Matthew. *Enterpreneurs and empire: the Murašû archive, the Murašû firm and Persian rule in Babylonia.* Leiden: Nederlands instituut voor het Nabije Oosten, 1985.

TEMIN, Peter. *Price behavior in Ancient Babylon.* Explorations in Economic History 39, 46–60 (2002).

_____. *The Roman Market Economy.* Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2013.

VAN DER SPEK, Robartus Johannes. *The 'silverization' of the economy of the Achaemenid and Seleukid Empires and Early Modern Chin.* The Economies of Hellenistic Societies, Third to First Centuries BC. Archibald, Z. H., Davies, J. K. & Gabrielsen, G. (eds.). Oxford: Oxford University press, p. 402-420, 2011.